

O PROGRAMA TERRITÓRIOS DA CIDADANIA NO CANTUQUIRIGUAÇU - PR E NO PONTAL DO PARANAPANEMA - SP E: UMA DISCUSSÃO SOBRE A MATRIZ DE INVESTIMENTOS DE 2013¹

Estevan Leopoldo de Freitas Coca²

Introdução

A década de 2000 marcou a introdução do desenvolvimento territorial como uma das principais referências na aplicação de políticas públicas para o campo, no Brasil. Conjuntos de municípios, muitos dos quais consonantes às microrregiões administrativas, com elevados índices de pobreza e significativa participação do setor primário, foram definidos como territórios e passaram a ser o foco de diversas ações de incentivo à produção agrícola, incremento da infraestrutura e garantia de direitos sociais por parte do Governo Federal. As políticas públicas para o campo deixaram de ser centralizadas nos municípios, passando para os territórios. Passou-se a valorizar um modelo de gestão “de baixo para cima”, que parte da própria sociedade civil, em detrimento do modelo centralizador, que tem o Estado como principal referência. Não só no Brasil houve a introdução de políticas públicas desse tipo como também em outros países da América Latina. Isso aconteceu porque o desenvolvimento territorial passou a indicado, direta e/ou indiretamente por instituições multilaterais como a Organização das Nações Unidas (ONU), a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), como parte de uma estratégia de ajuste estrutural do capitalismo, mantendo os aspectos centrais da economia de mercado, porém, demonstrando maior preocupação com questões sociais, especialmente o combate à pobreza.

Assim, com a chegada de Luís Inácio Lula da Silva à Presidência da República, no ano de 2003, o desenvolvimento territorial passou a ser “oficialmente” aplicado no Brasil. A criação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), vinculada ao

¹ Esse trabalho traz resultados da pesquisa de doutorado que temos desenvolvido sob o título “Estudo comparativo dos territórios da cidadania do Cantuquiriguaçu e do Pontal do Paranapanema: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como parte da estratégia de desenvolvimento territorial” sob o financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado de São Paulo (FAPESP).

² Doutorando em Geografia pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Unesp, campus de Presidente Prudente. Membro do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA). Endereço eletrônico: estevanleopoldo@yahoo.com.br.

Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), e a implantação do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT) foram as primeiras iniciativas de aplicação da abordagem territorial do desenvolvimento, tendo dentre seus objetivos: articulação de políticas públicas, organização e gestão social, formação de agentes de desenvolvimento territorial, dinamização econômica e inclusão produtiva (SDT, 2014). Junto ao PRONAT passou a ser vinculada a Ação orçamentária Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços (PROINF), que possui por objetivo financiar estratégias de fomento da infraestrutura dos territórios rurais.

Como parte da ampliação dessas estratégias, desde 2008 tem sido implantado o Programa Territórios da Cidadania (PTC). Por essa política pública, os investimentos realizados nas áreas deprimidas econômica e socialmente possuem caráter interministerial, não estando relacionados apenas ao MDA via SDT como acontece com os territórios rurais. Acreditava-se que essa estratégia de desenvolvimento territorial contribuiria para a amenização das desigualdades regionais no Brasil, além de promover uma maior democratização na gestão e execução das políticas públicas. Contudo, ao conferir à sociedade civil a competência de elaborar estratégias de desenvolvimento, o Governo Federal não leva em consideração a conflitualidade entre as classes sociais.

Tendo por base essas referências, nesse trabalho apresentamos uma discussão sobre a execução do PTC nos territórios do Cantuquiriguaçu, no estado do Paraná e do Pontal do Paranapanema, no estado de São Paulo, através da matriz de investimentos previstos para o ano de 2013. A Questão Agrária nesses territórios é formada por diferentes componentes, o que, notavelmente, repercute na aplicação de políticas públicas. No Cantuquiriguaçu ocorreu um intenso processo de conflitualidade através da luta pela terra e da criação de assentamentos rurais, com destaque para a disputa por políticas públicas e pelo controle das etapas de produção, beneficiamento e comercialização dos gêneros agrícolas, etc. No Pontal do Paranapanema também tem ocorrido um processo de conflitualidade pela expansão da agricultura capitalista e da agricultura camponesa, através das usinas de cana-de-açúcar e da criação de assentamentos, resultado da luta pela terra na região. Como o PTC se desenvolve por um conjunto de políticas públicas, a análise da matriz de investimentos nos possibilita destacar como os problemas que remetem à luta do campesinato pela manutenção do seu modo de vida e trabalho tem sido abordada em cada um desses territórios da cidadania.

Para realizar tal análise dividimos esse trabalho em duas partes, além da presente introdução e das considerações finais. Na primeira, apresentamos uma caracterização da Questão Agrária nos territórios da Cidadania do Cantuquiriguaçu e do Pontal do Paranapanema. Na segunda, realizamos uma análise da matriz de investimentos previstos para o ano de 2013 nos dois territórios da cidadania, considerando os três eixos de ações: apoio às atividades produtivas, infraestrutura e cidadania e direitos. Com isso, poderemos conhecer qual das matrizes de investimentos tem sido mais utilizada, quais políticas públicas tem recebido a maior parte dos recursos, como tem se dado a atuação dos ministérios relacionados ao PTC em cada um desses territórios da cidadania etc.

Por se tratar de uma análise centrada em dados quantitativos, obtidos de fontes secundárias, esse trabalho não avança na abordagem dos conflitos entre as classes sociais dos territórios da cidadania do Cantuquiriguaçu e do Pontal do Paranapanema, todavia, possibilita um maior conhecimento sobre a diversidade de políticas públicas que tem composto o PTC, no Brasil.

A Questão Agrária nos territórios da cidadania do Cantuquiriguaçu e do Pontal do Paranapanema

Nessa parte do trabalho destacamos brevemente alguns elementos que compõem a Questão Agrária nos territórios da cidadania do Cantuquiriguaçu e do Pontal do Paranapanema para o conhecimento dos enfrentamentos do campesinato pela manutenção do seu modo de vida e produção. Com isso, podemos ter uma melhor compreensão sobre os limites e possibilidades que as políticas públicas de desenvolvimento territorial possuem em cada um desses territórios da cidadania.

A Questão Agrária no território da cidadania do Cantuquiriguaçu

O Cantuquiriguaçu é um dos 04 territórios da cidadania do estado do Paraná (Figura 01). Ele é composto por 20 municípios pertencentes às microrregiões de Guarapuava e Cascavel (FIGURAS 02). O seu nome é uma referência aos rios que o delimitam: o rio Cantu, ao oeste; o rio Piquiri, ao norte e o rio Iguaçu, ao sul. Ele possui 232.546 habitantes, dos quais mais de 46% vivem na área rural (PORTAL DA CIDADANIA, 2013).

Figura 01 - Paraná - Localização dos Territórios da Cidadania

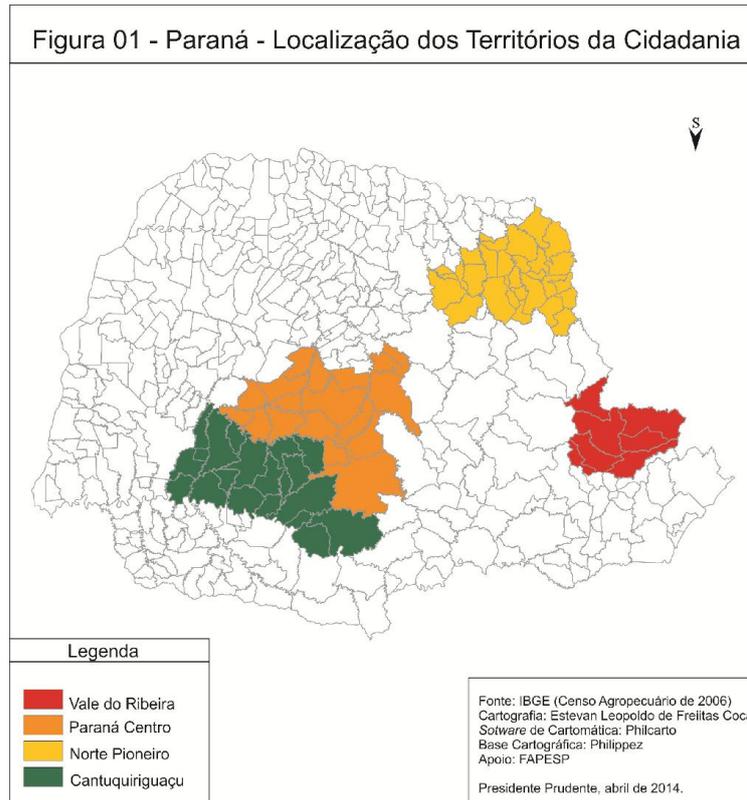
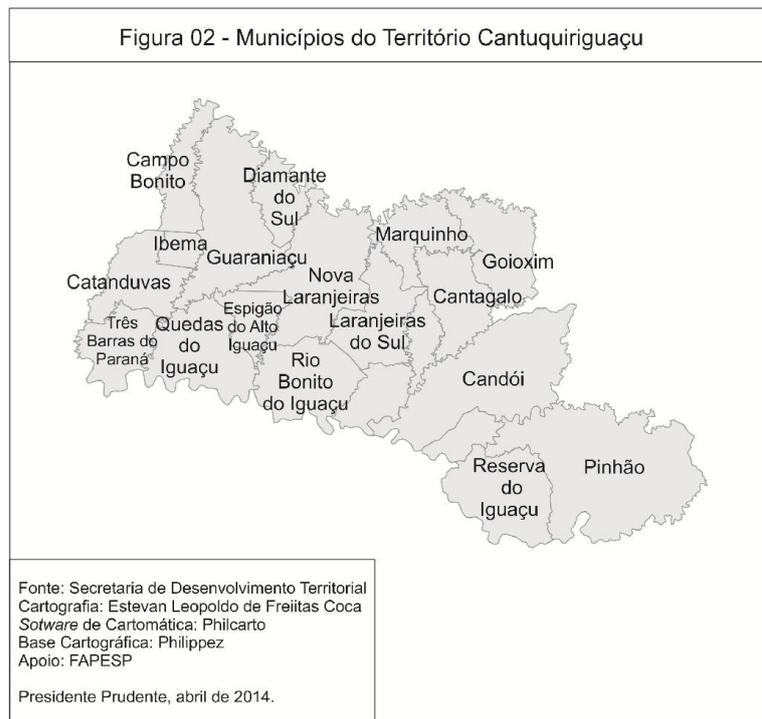


Figura 02 - Municípios do Território Cantuquiriguaçu



Essa região, até meados do século XIX, era habitada por diversas tribos indígenas pertencentes aos povos Kaingang, existindo também algumas missões

jesuíticas, conduzidas por padres espanhóis. Uma expedição real, conduzida por Diogo Pinto e pelo padre Francisco das Chagas, no ano de 1810 foi o marco da conquista dessas terras pelos portugueses, o que ocasionou o aldeamento dos indígenas que habitavam essa região (DURAT, 2004).

Isso possibilitou que atividades orientadas para o lucro começassem a ser implantadas nas terras do território Cantuquiriguaçu. Primeiro destacou-se a produção da erva-mate (segunda metade do século XIX); depois a exploração de madeira (primeira metade do século XX até o presente) e na seqüência, a produção de grãos (de 1970 até o presente).

Também deve-se frisar que, desde a expropriação dos indígenas, as disputas por terras têm sido uma constante no território Cantuquiriguaçu. Dentre os conflitos, três merecem destaque: 1- o Levante de Três Barras (então distrito de Catanduvás), no ano de 1964, quando cerca de 400 posseiros fizeram refêns funcionários do Departamento de Geografia, Terras e Colonização (DGTC), agrimensores, topógrafos e picadeiros de mato. O motivo desse conflito foi o temor da comercialização das terras em que os posseiros habitavam, já que essas estavam sendo demarcadas (MYSKIW, 2002); 2- a luta dos atingidos por barragens, na segunda metade do século XX, com a construção de 7 usinas hidrelétricas no Cantuquiriguaçu e; 3- a luta dos camponeses sem-terra, a partir da década de 1980. Merece destaque a ocupação do latifúndio pertencente à empresa Giacomett Marodin, que ocupava parte do território de cinco municípios, no ano de 1996, dando início a uma série de lutas que levaria a implantação de quatro assentamentos rurais: Ireno Alves dos Santos, Marcos Freire, Celso Furtado e Dez de Maio (COCA, 2011).

No Cantuquiriguaçu, entre 1988 e 2011 ocorreram 59 ocupações de terras, com a participação de 11.575 famílias. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) foi o principal protagonista, participando de 35 dessas ocupações, tendo também a atuação do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), do Movimento dos Agricultores Sem-Terra (MAST) e de grupos quilombolas. Entre 1984 e 2011 foram implantados 49 assentamentos rurais, com 4.204 famílias, ocupando 95.222 ha (DATA LUTA, 2012).

Também se destaca no Cantuquiriguaçu a Reserva Indígena Rio das Cobras, localizada nos municípios de Quedas do Iguaçu, Espigão do Alto Iguaçu e Nova Laranjeiras, onde vivem 2.397 índios pertencentes aos povos Guarani Mbya e Kaingang, ocupando uma área de 18.862 ha.

As principais atividades agropecuárias desenvolvidas nesse território da cidadania são a produção de grãos (soja, milho e feijão), a criação extensiva de gado e a extração de madeira. No Censo Agropecuário de 2006, elaborado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), consta que os estabelecimentos agropecuários até 100 ha são quase 93% do total, enquanto os que possuem mais de 100 ha são apenas 7% (IBGE, 2009). Todavia, quando se compara a área verifica-se que os estabelecimentos até 100 ha ocupam 37% do total e os que possuem mais de 100 ha ocupam 63%. Isso indica uma concentração de terras por parte dos grandes proprietários.

O Cantuquiriguaçu faz parte do grupo de territórios da cidadania desde 2008, quando o programa foi implantado no Brasil. No documento “Plano Safra Territorial: 2010-2013” (CONDETEC, 2011) fica evidente na postura do Conselho de Desenvolvimento do Território Cantuquiriguaçu (CONDETEC) a intenção de avançar de “consumidores” para “propositores” das políticas públicas (p. 56). Demonstra-se também a compreensão de que o campesinato e o agronegócio possuem lógicas distintas, sendo necessário pensar em políticas para as unidades produtivas camponesas que estejam embasadas por dinâmicas diferentes das que moldam a matriz do agronegócio (p. 67). Assim, mesmo que os documentos orientadores do PTC em âmbito nacional não considerem a luta de classes, no Cantuquiriguaçu, o CONDETEC tem buscado orientar suas ações por uma perspectiva que compreende a conflitualidade no campo.

A Questão Agrária no território da cidadania do Pontal do Paranapanema

O Pontal do Paranapanema é um dos três territórios da cidadania do estado de São Paulo (Figura 03). Ele possui 32 municípios pertencentes às microrregiões de Presidente Prudente e Assis (Figura 04). Nele vivem 583.766 pessoas, sendo que dentre essas, pouco mais de 10% pertence à zona rural (PORTAL DA CIDADANIA, 2013).

Figura 03 - São Paulo - Localização dos Territórios da Cidadania

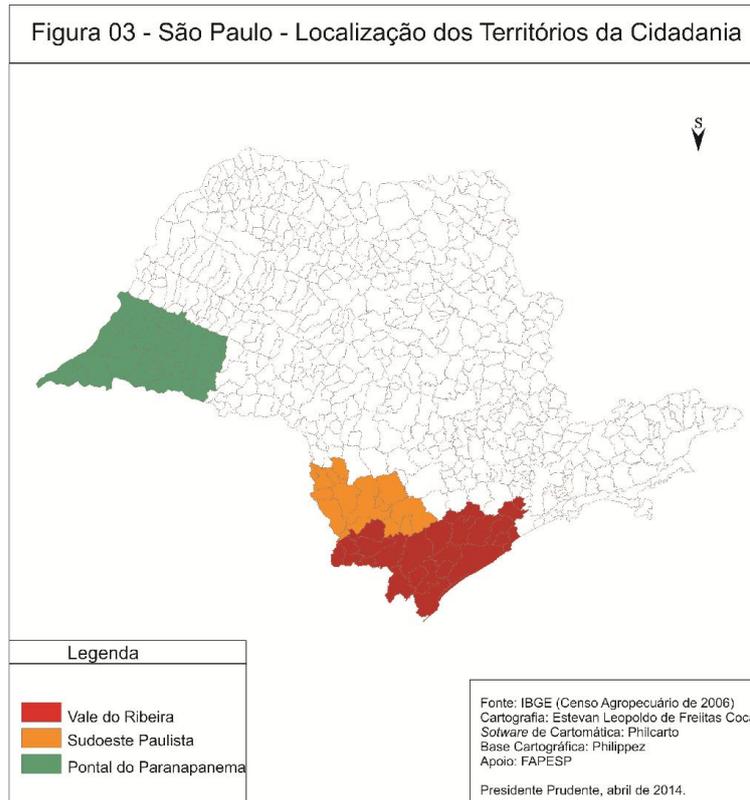
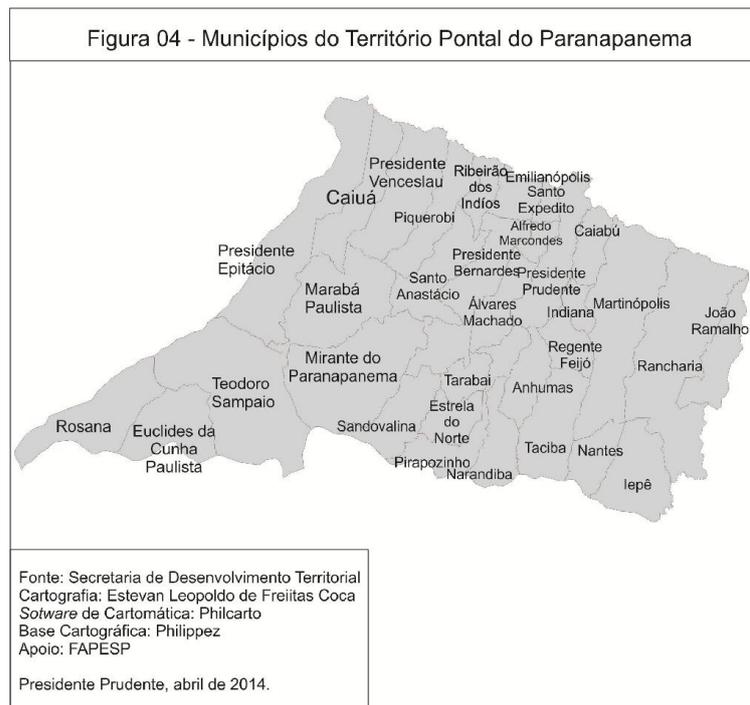


Figura 04 - Municípios do Território Pontal do Paranapanema



O Pontal do Paranapanema possui um histórico de conflitos pela terra, gerado por processos de grilagem e a consequente concentração de terras e poder por parte de

latifundiários. A apropriação ilegal dessas terras e a postura condescendente do Estado é amplamente relatada em trabalhos como os de Leite (1991), Fernandes (1994) e Feliciano (2008). Nem mesmo a criação de três áreas de reserva (Lagoa São Paulo, Pontal do Paranapanema e Morro do Diabo) na década de 1940 impediu com que ocorresse uma grande dilapidação dos recursos naturais que existiam no Pontal, criando as condições necessárias para o estabelecimento de grandes propriedades agropecuárias. Esses fatos contribuíram para a expropriação de camponeses, ribeirinhos e indígenas (Caiuá e Kaigang) que habitavam o território.

Até meados da década de 1980 ocorreram apenas alguns conflitos isolados, questionando o caráter ilegal da apropriação dessas terras na região. Na década de 1960, no município de Estrela do Norte ocorreu um confronto entre parceiros, arrendatários e o grileiro que controlava a fazenda Rebojo. Como forma de solucionar o problema, o então presidente João Goulart, desapropriou a área no ano de 1964. Na década de 1970, posseiros que viviam na área da Reserva Lagoa São Paulo, em Presidente Epitácio entraram em confronto com o grileiro Zé Dico. Vários posseiros e o próprio grileiro foram mortos no embate (FERNANDES, 1994). Na década de 1990 entra em cena um novo e importante elemento na luta pela terra no Pontal do Paranapanema: o MST. A partir de então, essa região do estado de São Paulo passa a ganhar notoriedade nacional e internacionalmente devido às ocupações de terras.

Entre 1988 e 2011, ocorreram no Pontal do Paranapanema 777 ocupações, com a participação de 102.224 famílias. Além do MST, atuaram outros 24 movimentos, destacando-se o MAST; o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e Central do Brasil (MTSTCB); o Movimento da Luta pela Terra (MLT); o Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST) e uma dissidência do MST, denominada MST da Base. Esse último existe desde 2003, quando ocorreu a expulsão da liderança José Rainha Júnior do MST. Após expulso, Rainha Júnior tomou a iniciativa de criar um novo movimento, com diferenças na visão ideológica e nas táticas de luta pela terra, agregando várias famílias que até então pertenciam ao MST. Assim, o principal movimento socioterritorial atuante no Pontal do Paranapanema sofreu uma dissidência, perdendo força na luta contra o capital e pela conquista e permanência na terra. Como resultado do enfrentamento desses movimentos com o capital, entre 1985 e 2011 foram implantados 113 assentamentos rurais, com 6.257 famílias, ocupando 143.803 ha (DATALUTA, 2012).

No Censo Agropecuário de 2006 consta que os estabelecimentos com até 100 ha são 86% do total e os que possuem mais de 100 ha são 14% do total. Já no que se refere

à área, os estabelecimentos com até 100 ha ocupam pouco mais de 23% do total, enquanto os que possuem mais de 100 ha ocupam cerca de 87% (IBGE, 2009). Por esses dados consideramos que mesmo com a implantação dos assentamentos rurais, representado a conquista do território por parte dos movimentos camponeses, ainda existe um desequilíbrio na distribuição de terras, sendo que os grandes proprietários mantêm o controle da maior parte das terras agrícolas do Pontal do Paranapanema.

No que se tange ao aspecto produtivo do campo, deve-se frisar a expansão territorial do capital sucroalcooleiro. Estão instaladas no Pontal do Paranapanema 07 usinas de cana-de-açúcar, sendo que entre as safras 2003/2004 e 2008/2009 houve um aumento de quase 200% na área ocupada por essas (GONÇALVES, 2009). Com a maior parte dos recursos e das terras em posse do capital, restam ao campesinato poucas alternativas de reprodução do seu modo de viver e produzir. Prova disso é que em 27 de julho de 2004, o Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP), responsável pela maioria dos assentamentos que existem no Pontal do Paranapanema, emitiu a portaria 77, a qual autorizava o plantio de cana-de-açúcar nos lotes dos assentamentos rurais.

Desde 2008, o Território Pontal do Paranapanema tem integrado o PTC. As discussões sobre as políticas são realizadas pelo Conselho de Desenvolvimento do Território do Pontal do Paranapanema (CODETER). No documento “Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Território do Pontal do Paranapanema - SP” (CODETER, 2011), não são feitas claras referências aos conflitos estruturais no campo numa perspectiva de luta de classes. Contudo, evidencia-se uma preocupação com a expansão do monocultivo da cana-de-açúcar em razão da pressão sobre a ocupação e posse das terras pelos agricultores camponeses (p.11) e dos perigos que apresenta para a saúde humana (p.15-16).

A matriz de investimentos do PTC para 2013 nos territórios da cidadania do Cantuquiriguaçu e do Pontal do Paranapanema

O PTC foi implantado como uma proposta de avançar para a proposição de políticas territoriais para o campo, no Brasil, em detrimento das políticas setoriais. A grande novidade que essa política pública trouxe foi organizar diferentes ações de órgãos e ministérios da Presidência da República com o intuito de promover o desenvolvimento de conjuntos de municípios contíguos que possuem em comum o fato de apresentarem elevados índices de pobreza e significativa participação do campo na

composição econômica e social. Se por um lado, tal estratégia possui o limite de restringir a diversidade territorial, pelo fato de considerar os territórios como sinônimos de espaços de governança, por outro, alguns municípios que possuem importante participação do campesinato na sua composição econômica e social são colocados como referência para a aplicação de políticas públicas.

Conforme consta no Portal da Cidadania³, que é a página da *Internet* onde constam as informações oficiais sobre essa política pública, para o ano de 2013 foram previstas ações vindas de 15 órgãos ou ministérios vinculados à Presidência da República, totalizando 71 (Quadro 01).

Quadro 01 - Ações, órgãos responsáveis e eixos do Programa Territórios da Cidadania na matriz de investimentos de 2013

Ações	Órgão Responsável	Eixo
Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar - PAA	Ministério do Desenvolvimento Agrário	Apoio a Atividades Produtivas
Assistência Técnica Especializada para Mulheres Rurais	Ministério do Desenvolvimento Agrário	Apoio a Atividades Produtivas
Assistência Técnica e Extensão Rural para Agricultores Familiares e seus Empreendimentos	Ministério do Desenvolvimento Agrário	Apoio a Atividades Produtivas
Assistência Técnica e Extensão Rural para Comunidades Quilombolas	Ministério do Desenvolvimento Agrário	Apoio a Atividades Produtivas
Assistência Técnica e Extensão Rural para a Reforma Agrária	Ministério do Desenvolvimento Agrário	Apoio a Atividades Produtivas
Disponibilização de Insumos para a Agricultura Familiar	Ministério do Desenvolvimento Agrário	Apoio a Atividades Produtivas
Apoio ao Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Quilombolas e dos Povos e Comunidades Tradicionais	Ministério do Desenvolvimento Agrário	Cidadania e Direitos
Apoio ao Planejamento e à Gestão Social com Perspectiva de Gênero no Desenvolvimento Territorial Rural	Ministério do Desenvolvimento Agrário	Cidadania e Direitos
Apoio à Elaboração e Gestão Social dos Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável - PTDRS	Ministério do Desenvolvimento Agrário	Cidadania e Direitos
Capacitação de Agentes de Desenvolvimento	Ministério do Desenvolvimento Agrário	Cidadania e Direitos

³ <http://www.territoriosdacidadania.gov.br/>.

Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária	Ministério do Desenvolvimento Agrário	Cidadania e Direitos
Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social	Ministério do Desenvolvimento Agrário	Cidadania e Direitos
Documentação do Trabalhador Rural	Ministério do Desenvolvimento Agrário	Cidadania e Direitos
Educação de Jovens e Adultos	Ministério do Desenvolvimento Agrário	Cidadania e Direitos
Implantação de Bibliotecas Rurais - Arca das Letras	Ministério do Desenvolvimento Agrário	Cidadania e Direitos
Organização Produtiva de Trabalhadoras Rurais	Ministério do Desenvolvimento Agrário	Cidadania e Direitos
Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e Titulação de Territórios Quilombolas	Ministério do Desenvolvimento Agrário	Cidadania e Direitos
Apoio aos Estados para Implantação do Cadastro de Terras e Regularização Fundiária no Brasil	Ministério do Desenvolvimento Agrário	Infraestrutura
Aquisição de Máquinas e Equipamentos para Municípios com até 50.000 Habitantes	Ministério do Desenvolvimento Agrário	Infraestrutura
Concessão de Crédito para Aquisição de Imóveis Rurais e Investimentos Básicos - Fundo de Terras	Ministério do Desenvolvimento Agrário	Infraestrutura
Concessão de Crédito-Instalação às Famílias de Assentados	Ministério do Desenvolvimento Agrário	Infraestrutura
Gestão Ambiental em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária	Ministério do Desenvolvimento Agrário	Infraestrutura
Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento	Ministério do Desenvolvimento Agrário	Infraestrutura
Licenciamento Ambiental de Assentamentos da Reforma Agrária	Ministério do Desenvolvimento Agrário	Infraestrutura
Pagamento de Indenização Inicial nas Aquisições de Imóveis Rurais para Reforma Agrária	Ministério do Desenvolvimento Agrário	Infraestrutura
Regularização Fundiária de Imóveis Rurais	Ministério do Desenvolvimento Agrário	Infraestrutura
Terra Legal - Regularização Fundiária de Imóveis Rurais na Amazônia Legal	Ministério do Desenvolvimento Agrário	Infraestrutura

Terra Legal - Regularização Fundiária de Núcleos Urbanos na Amazônia Legal	Ministério do Desenvolvimento Agrário	Infraestrutura
--	---------------------------------------	----------------

Fonte: Portal da Cidadania, 2014. Org: Estevan Coca.

A análise comparativa das ações previstas para o ano de 2013 nos territórios da cidadania do Cantuquiriguaçu e do Pontal do Paranapanema revela que para os dois territórios foram programados investimentos que seriam efetivados através de 24 ações, com considerável destaque para a participação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Os quadros 02 e 03 trazem os investimentos previstos para o eixo “Apoio as atividades produtivas” para os territórios da cidadania do Cantuquiriguaçu e do Pontal do Paranapanema, respectivamente. Para o Cantuquiriguaçu são previstas 10 ações e para o Pontal do Paranapanema, 09. Chama a atenção o fato de que para o Cantuquiriguaçu é previsto o investimento em atividades de fomento do cooperativismo e do associativismo, através do Ministério da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento (MAPA), o qual não prevê políticas públicas para o Pontal do Paranapanema.

Por outro lado, o fomento a atividades pesqueiras é previsto apenas para o Pontal do Paranapanema. Considerando a abundância de corpos d’ água no Cantuquiriguaçu e a existência de camponeses ribeirinhos entre a população do campo (COCA, 2011), constata-se essa ausência impede com que um importante elemento desse território da cidadania não seja inserido nas estratégias do PTC.

Quadro 02 - Território Cantuquiriguaçu – Investimentos previstos para o eixo de Apoio às atividades produtivas em 2013

Ação	Investimento previsto em R\$	Órgão
Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais	350.000,00	Ministério do Desenvolvimento Agrário
Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar - Plano Brasil Sem Miséria	977.147,84	Ministério do Desenvolvimento Social
Programa de Aquisição de Alimentos	470.842,33	Ministério do Desenvolvimento Agrário
Assistência Técnica Especializada para Mulheres Rurais	41.666,66	Ministério do Desenvolvimento Agrário
Assistência Técnica e Extensão Rural para Reforma Agrária	266.287,66	Ministério do Desenvolvimento Agrário
Desenvolvimento do Associativismo Rural e do Cooperativismo	120.000,00	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Fomento à Estruturação e Consolidação de Redes Sócio-Produtivas da Agricultura Familiar no Âmbito dos Territórios Rurais	80.000,00	Ministério do Desenvolvimento Agrário
Fomento à Participação da Agricultura Familiar nas Cadeias de Energias Renováveis	80.338,08	Ministério do Desenvolvimento Agrário

Fonte: Portal da Cidadania, 2014. Org: Estevan Coca.

Quadro 03 - Território Pontal do Paranapanema - Investimentos previstos para o eixo de Apoio às atividades produtivas em 2013

Ação	Investimento previsto em R\$	Órgão
Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais	350.000,00	Ministério do Desenvolvimento Agrário
Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar - Plano Brasil Sem Miséria	9.512.284,80	Ministério do Desenvolvimento Social
Programa de Aquisição de Alimentos	753.347,43	Ministério do Desenvolvimento Agrário
Assistência Técnica Especializada para Mulheres Rurais	41.666,66	Ministério do Desenvolvimento Agrário
Assistência Técnica e Extensão Rural para Reforma Agrária	831.228,09	Ministério do Desenvolvimento Agrário
Disponibilização de Insumos para a Agricultura Familiar	58.333,33	Ministério do Desenvolvimento Agrário
Fomento à Estruturação e Consolidação de Redes Sócio-Produtivas da Agricultura Familiar no Âmbito dos Territórios Rurais	80.000,00	Ministério do Desenvolvimento Agrário
Fomento à Participação da Agricultura Familiar nas Cadeias de Energias Renováveis	16.576,95	Ministério do Desenvolvimento Agrário
Implantação de Infraestrutura Pesqueira e Aquícola	400.000,00	Ministério da Pesca e Aquicultura

Nos quadros 04 e 05 apresentamos a matriz de investimentos para o eixo “Cidadania e Direitos” para os territórios da cidadania do Cantuquiriguaçu e do Pontal do Paranapanema, respectivamente. Para os dois territórios da cidadania são previstas 11 ações. Dentre as diferenças destaca-se a presença da ação “Pró-infância” apenas no Cantuquiriguaçu. Através dessa política pública, ocorre o fomento da infraestrutura educacional, através da construção de escolas, creches e outros. Por outro lado, a ação “Apoio a Formação Tecnológica e Profissional” é prevista apenas para o Pontal do Paranapanema. Todavia, em ambos os território a educação do campo, que é uma das bandeiras de luta dos movimentos socioterritoriais para a constituição de um modelo de sociedade diferente da que tem sido gerada pelo capitalismo, consta como uma das ações a serem executadas.

Quadro 04 - Território Cantuquiriguaçu - Investimentos previstos para o eixo de Cidadania e Direitos em 2013

Ação	Investimento previsto em R\$	Órgão
Ampliação e Manutenção de Conexão à Internet para Inclusão Digital	25.180,28	Ministério das Comunicações
Apoio ao Planejamento e à Gestão Social com Perspectiva de Gênero no Desenvolvimento Territorial Rural	10.000,00	Ministério do Desenvolvimento Agrário
Capacitação de Agentes de Desenvolvimento	177.243,75	Ministério do Desenvolvimento Agrário
Computador Interativo	390.000,00	Ministério da Educação
Documentação da Trabalhadora Rural	186.930,06	Ministério do Desenvolvimento Agrário
Incentivo Financeiro aos Entes Federados em Vigilância da Saúde	190.201,20	Ministério da Saúde
Piso de Atenção Básica Fixo	5.173.547,55	Ministério da Saúde
Próinfância	2.000.000,00	Ministério da Educação
Programa Leptop Educacional para as Escolas do Campo	111.150,00	Ministério da Educação
Programa Mais Educação Campo	3.120.000,00	Ministério da Educação
Proteção Social para Crianças e Adolescentes Identificadas em Situação de Trabalho Infantil - Plano Brasil sem Miséria	472.500,00	Ministério do Desenvolvimento Social

Fonte: Portal da Cidadania, 2014. Org: Estevan Coca.

Quadro 05 - Território Pontal do Paranapanema - Investimentos previstos para o eixo de Cidadania e Direitos em 2013

Ação	Investimento previsto em R\$	Órgão
Ampliação e Manutenção de Conexão à Internet para Inclusão Digital	43.722,45	Ministério das Comunicações
Apoio ao Planejamento e à Gestão Social com Perspectiva de Gênero no Desenvolvimento Territorial Rural	10.000,00	Ministério do Desenvolvimento Agrário
Apoio à Formação Profissional e Tecnológica	288.000,00	Ministério da Educação
Capacitação de Agentes de Desenvolvimento	177.243,75	Ministério do Desenvolvimento Agrário
Computador Interativo	25.000,00	Ministério da Educação
Documentação da Trabalhadora Rural	124.620,06	Ministério do Desenvolvimento Agrário
Incentivo Financeiro aos Entes Federados em Vigilância da Saúde	477.470,72	Ministério da Saúde
Organização Produtiva dos Trabalhadores Rurais	81.561,00	Ministério do Desenvolvimento Agrário
Piso de Atenção Básica Fixo	12.987.391,75	Ministério da Saúde
Programa Mais Educação Campo	840.000,00	Ministério da Educação
Proteção Social para Crianças e Adolescentes Identificadas em Situação de Trabalho Infantil - Plano Brasil sem Miséria	45.000,00	Ministério do Desenvolvimento Social

Fonte: Portal da Cidadania, 2014. Org: Estevan Coca.

Já nos quadros 06 e 07 constam os investimentos previstos para o eixo “Infraestrutura” para os territórios da cidadania do Cantuquiriguaçu e do Pontal do Paranapanema, respectivamente. Nesse caso, para os dois territórios da cidadania foram previstas as mesmas ações, com destaque para as que são voltadas para a reforma agrária, objetivando melhorar os assentamentos rurais.

Quadro 06 - Território Cantuquiriguaçu - Investimentos previstos para o eixo de Infraestrutura em 2013

Ação	Investimento previsto em R\$	Órgão
Aquisição de Máquinas e Equipamentos para Municípios com até 50.000 habitantes	2.298.385,75	Ministério do Desenvolvimento Agrário
Concessão de Créditos para Aquisição de Imóveis e Investimentos Básicos - Fundo de Terras	1.007.379,16	Ministério do Desenvolvimento Agrário
Concessão de Crédito-Instação para Famílias Assentadas	2.258.142,64	Ministério do Desenvolvimento Agrário
Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento	446.547,37	Ministério do Desenvolvimento Agrário

Fonte: Portal da Cidadania, 2014. Org: Estevan Coca.

Quadro 07 - Território Pontal do Paranapanema - Investimentos previstos para o eixo de Infraestrutura em 2013

Ação	Investimento previsto em R\$	Órgão
Aquisição de Máquinas e Equipamentos para Municípios com até 50.000 habitantes	1.891.975,00	Ministério do Desenvolvimento Agrário
Concessão de Créditos para Aquisição de Imóveis e Investimentos Básicos - Fundo de Terras	265.723,82	Ministério do Desenvolvimento Agrário
Concessão de Crédito-Instação para Famílias Assentadas	4.823.521,85	Ministério do Desenvolvimento Agrário
Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento	23.379,44	Ministério do Desenvolvimento Agrário

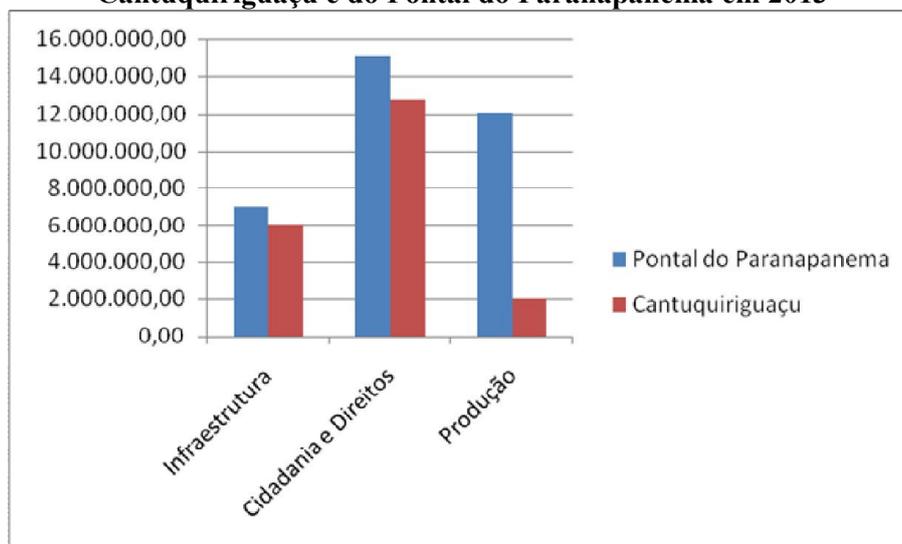
Fonte: Portal da Cidadania, 2014. Org: Estevan Coca.

No que se refere aos valores dos investimentos, o Pontal do Paranapanema possuiu uma previsão maior do que o Cantuquiriguaçu (Gráfico 01). Isso ocorre, principalmente, devido ao eixo “Apoio as atividades produtivas” para qual foi prevista a aplicação de R\$ 12.043.437,26. Dentre essas ações destaca-se a aplicação da “Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar - Plano Brasil Sem Miséria”, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), para a qual foram previstos R\$ 9.512.284,80, o que representa 78% do total. A quantia prevista para esse

eixo no Cantuquiriguaçu representa apenas 16% do que foi previsto para o Pontal do Paranapanema

Nos demais eixos também ocorrem previsões em R\$ maiores no Pontal do Paranapanema.

Gráfico 01 - Investimentos em R\$ previstos para os territórios da cidadania do Cantuquiriguaçu e do Pontal do Paranapanema em 2013



Considerações

O PTC representa uma novidade na incorporação da abordagem territorial do desenvolvimento no Brasil, pelo fato de utilizar uma estratégia de aplicação das políticas públicas que obedece a um caráter interministerial.

A análise das matrizes de investimentos dos territórios da cidadania do Cantuquiriguaçu e do Pontal do Paranapanema nos possibilitou perceber que o Ministério do Desenvolvimento Agrário é o responsável pela maior parte das ações em ambos os territórios e que o Pontal do Paranapanema tem concentrado maior parte dos recursos, devido à execução da política “Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar - Plano Brasil Sem Miséria”.

Todavia, mesmo com as diferenças entre os investimentos previstos para esses territórios da cidadania, o trabalho traz como contribuição o destaque da diversidade de ações que tem composto o desenvolvimento territorial no Brasil. As políticas públicas que compõem essa estratégia de fomento das áreas deprimidas econômica e socialmente não possuem apenas um viés econômico, estando relacionadas a outras dimensões da

realidade. Contudo, reconhecemos o fato de que uma análise baseada em critérios quantitativos como essa possui a limitação de não avançar nas tramas que remetem a conflitualidade entre as classes sociais nos territórios da cidadania.

Referências

COCA, E. L. F. **Um estudo da diversidade e atualidade da reforma agrária: análise dos tipos de assentamentos do Território Cantuquiriguaçu, estado do Paraná**, 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia do Estado de São Paulo, *campus* de Presidente Prudente.

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO CANTUQUIRIGUAÇU - CONDETEC. **Plano Safra Territorial (PST) 2010-2013**. Laranjeiras do Sul: Rureco, 2012.

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DO PONTAL DO PARANAPANEMA - CODETER. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Território do Pontal do Paranapanema - SP**. São Paulo: Plural Cooperativa, 2011.

DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra, 2012.

DURAT, C. A. Terras de aldeamento: trajetória de Atalaia e sepultura dos Campos de Guarapuava (século XIX). **Revista Semina**, Londrina. v.9, n. 1.2011. p. 1-31.

FERNANDES, B. M. **Espacialização e territorialização da luta pela terra: a formação do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra no estado de São Paulo**, 1994. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

FELICIANO, C. A. **Territórios em disputa: terras (re) tomadas no Pontal do Paranapanema**, 2008. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

GONÇALVES, E. C. Disputa territorial: a “parceria” entre os assentados e as usinas de álcool. In: Simpósio Internacional de Geografia Agrária, 5., 2009, Niterói. **Anais eletrônicos...** Niterói, 2009.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário - 2006**. Rio de Janeiro, 2009.

LEITE, J. F. **A ocupação do Pontal do Paranapanema**. São Paulo: Rucitec, 1991.

MYSKIW, A. M. **Colonos, posseiros e grileiros: conflitos de terra no Oeste Paranaense (1961/66)**, 2002. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-graduação Interinstitucional em História – Universidade Federal Fluminense/Universidade do Oeste do Paraná.

PORTAL DA CIDADANIA. Territórios da Cidadania. 2014. Disponível em:
<<http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territriosrurais/one-community>>.
Acesso em: 09 de maio de 2014.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL (SDT). **Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços dos Territórios**. 2014. Disponível em:
<<http://portal.mda.gov.br/portal/sdt/institucional/proinf>>. Acesso em: 09 de maio de 2014.